



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011739-11.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Pagamento**
 Requerente: **Gervânio José dos Santos**
 Requerido: **Amariluz Garcia Ferreira Silva**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Gervânio José dos Santos, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de **Monitória - Pagamento** em face de **Amariluz Garcia Ferreira Silva**, também qualificada, alegando ser portador de 04 cheques emitidos em 13 de março de 2012, que totalizam o valor de R\$ 10.000,00 que não foram adimplidos até o momento, à vista do que pugna pela constituição do título executivo, condenando-se a ré ao pagamento integral do quanto devido, valor que deverá ser devidamente corrigido.

Instado a se manifestar acerca de eventual prescrição nos termos da Súmula 503 do STJ, o autor manteve-se inerte.

É o relatório.

DECIDO.

A ação encontra-se prescrita na medida em que nas ações monitórias embasadas em cheques prescritos, o prazo para ajuizamento é de cinco(05) anos a contar do dia seguinte da emissão da cártula, nos termos do artigo 206, §5º, I, do Código Civil.

Nesse sentido: "*o tema, pacificado pelo C. Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso especial repetitivo, assim decidiu: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO MONITÓRIA APARELHADA EM CHEQUE PRESCRITO. PRAZO QUINQUENAL PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO. INCIDÊNCIA DA REGRA PREVISTA NO ART. 206, § 5º, INCISO I, DO CÓDIGO CIVIL. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula". 2. Recurso especial provido. (...) Aplica-se a prescrição quinquenal estabelecida pelo artigo 206, § 5º, I, do Código Civil de 2002 na hipótese de pretensão de cobrança formulada em ação monitória ajuizada com base em cheque prescrito, consoante entendimento jurisprudencial do STJ."* (cf. REsp 1.101.412/SP, julgado nos termos do art. 543-C do CPC/1973, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 11/12/2013).

E, além disso, há que se dar o devido cumprimento à Súmula 503 do mesmo C. STJ: "*O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.*"

Seguindo a linha delimitada pelo C. STJ, e tendo em vista que os cheques foram emitidos em 13 de março de 2012, a prescrição se deu em 14 de março de 2017, data



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

anterior à propositura da ação, 27/10/2017, quando já havia sido operada a prescrição da pretensão do autor.

Isto posto, declaro a prescrição da pretensão do autor e, em consequência, JULGO EXTINTA a presente ação, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, II, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intime-se.

São Carlos, 03 de abril de 2018.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA